

CRÍTICA
marxista

RESENHAS

Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo

Eduardo Barros Mariutti, São Paulo,
Editora Hucitec, 2004, 243 pp.

ANGELA LAZAGNA*

O livro *Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo* traz a público a dissertação de mestrado de Eduardo Mariutti, uma pesquisa realizada no Instituto de Economia da Unicamp. Como o próprio título denota, o autor nos apresenta um balanço do debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo que foi travado na década de 50, principalmente por Maurice Dobb e Paul Sweezy.

Os capítulos estão dispostos em três partes. Na primeira, o autor apresenta as teses sobre a transição defendidas por Dobb e Sweezy e realiza uma comparação entre ambos. Na segunda parte, o autor apreende o chamado debate Brenner, que ocorreu na década de 70, a partir da polêmica Dobb/Sweezy.

Na última parte, o autor discute a interpretação de Robert Brenner da análise marxiana do materialismo histórico e da transição. Privilegiarei, nessa resenha, a discussão relativa ao debate Dobb/Sweezy sobre a transição.

I.

Dobb caracteriza o modo de produção feudal pela relação de apropriação do excedente por parte do senhor feudal em relação ao produtor direto, que tem a posse dos meios de produção e pode produzir para a sua subsistência; porém, devido aos laços da servidão, ele deve repassar o excedente da produção para o seu superior imediato. Devido a esta relação de propriedade –

*Mestre em Sociologia pela Unicamp. E-mail: angela_lazagna@yahoo.com.br.

a de os produtores diretos não estarem separados dos meios de produção –, os senhores feudais, para se apropriarem do excedente produzido, apelam a dispositivos extra-econômicos fundados na violência e na tradição para coagir os produtores diretos.

Segundo Dobb, foram as contradições internas do modo de produção feudal, centradas no antagonismo entre senhores feudais e servos, que levaram à sua dissolução. A crescente necessidade dos senhores feudais por maiores rendimentos os levou a intensificar a exploração sobre os servos, fato que acentuou a luta de classes e determinou, a longo prazo, a dissolução da economia feudal.

Neste sentido, o comércio e a emergência das cidades não foram os fatores decisivos no declínio do feudalismo, pois estão restritos aos limites do modo de produção feudal; o comércio ocorre enquanto troca de excedente, e não como ocorre no modo de produção capitalista, enquanto realização da mais-valia. O dinheiro, na economia feudal, configura-se apenas como intermediário da troca, não se transformando em capital.

Mas Dobb não dispensa a influência destes fatores sobre a transição. Nesse sentido, a emergência das cidades incentivou a fuga dos camponeses, fato que prejudicou os senhores feudais no que diz respeito aos seus rendimentos. Já a existência do comércio contribuiu para o processo de diferenciação social, por meio da formação de camponeses

prósperos (que se transformaram em pequenos e médios produtores), de semiproletários (camponeses pobres) e dos grandes mercadores que somente se interessavam pela disparidade de preços do mercado e se aliavam aos senhores feudais, cujos rendimentos estavam prejudicados. Para Dobb, a razão central da dissolução do modo de produção feudal “...encontra-se na revolta dos pequenos e médios produtores contra a exploração feudal, (...) [o que] acabou resultando em sua independência parcial”. Conseqüentemente, houve a transformação da apropriação do excedente, ou seja, os produtores imediatos foram separados dos meios de produção transformando-se em trabalhadores livres para venderem sua força de trabalho, característica central do modo de produção capitalista.

Dobb define o período de transição que se estende dos séculos XIV ao XVI como feudal (o Estado Absolutista era feudal), mas num estágio avançado de desintegração, quando as relações capitalistas ainda eram incapazes de se tornar dominantes.

Já Sweezy, ao se contrapor à tese defendida por Dobb, afirma que a principal característica da economia feudal é a de produzir valores de uso. Assim, o desenvolvimento das relações de troca no seio de uma sociedade produtora de valores de uso foi o principal fator de sua desestabilização.

O comércio à longa distância operou como uma força externa às margens da sociedade feudal da seguinte

maneira: o desenvolvimento do comércio intensificou as forças produtivas e promoveu uma organização racional da sociedade e o aprimoramento da divisão do trabalho. Decorreu daí uma maior produtividade que minou as relações servis de produção (os servos abandonaram suas terras procurando melhores condições de trabalho) e gradualmente as formas de trabalho livre e assalariado se estabeleceram. Assim, *o valor de troca se desenvolve devido ao comércio*. Ao contrário de Dobb, Sweezy denomina o período de transição do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista como um “sistema de produção pré-capitalista de mercadorias”, pois os elementos predominantes não eram feudais e nem capitalistas, propondo a coexistência de diversas classes dominantes.

II.

Mariutti critica a interpretação de Brenner das obras de Marx. Para Brenner, existiriam em Marx dois modelos de transição e, portanto, duas versões excluídas do materialismo histórico. Um modelo estaria presente em seus primeiros escritos, principalmente em *A ideologia alemã*, quando o processo de transição do feudalismo ao capitalismo dar-se-ia pelo primado do desenvolvimento das forças produtivas em conexão com o grau de divisão do trabalho. A luta de classes não seria a causa da transição, apesar de a burguesia ser encarada como classe revolucionária. Já o outro modelo

de transição predominaria em *Grundrisse* e *O capital*, quando a transição dar-se-ia pela “reprodução conflituosa da estrutura feudal”, ou seja, derivaria da luta entre as classes do modo de produção feudal. Para Mariutti, existem em Marx uma tendência dominante e uma tendência subordinada de transição, porém elas se localizam dentro de um único conceito de materialismo histórico. Tal ambigüidade perpassaria a polêmica Dobb/Sweezy.

Em suas *Considerações finais*, Mariutti explicita que o debate Dobb/Sweezy surgiu de outro iniciado em 1940 sobre a natureza da Revolução Inglesa de 1640, decorrente de um estudo de Christopher Hill. A discussão perpassou dois argumentos: 1. A Revolução de 1640 foi burguesa (houve a tomada do Estado pela burguesia e a conseqüente consolidação do capitalismo); 2. A Revolução de 1640 não foi burguesa, e sim uma contra-revolução, pois a burguesia assumira momentaneamente o controle do Estado para conter a investida da aristocracia em declínio.

O que fica claro na leitura do livro é que Dobb se alinha ao primeiro argumento e Sweezy ao segundo. Mariutti tende a privilegiar a interpretação de Dobb da transição.

Mariutti intenta se esquivar de uma interpretação economicista ou não marxista da transição. Entretanto, ele não consegue resolver a dicotomia “causas internas/causas externas” que teria ocasionado a dissolução do modo de produção feudal. Para tentar apontar uma reso-

lução dessa dicotomia, apoiar-me-ei em uma tese de suma importância sobre a transição desenvolvida por Etienne Balibar no texto “Conceitos fundamentais do materialismo histórico”, que compõe um dos capítulos da obra organizada por Louis Althusser, *Para ler O capital*.

Balibar indica o papel do político na transição, defendendo a tese da antecipação do político em relação à economia como uma das etapas da transição de um modo de produção ao outro. Desse modo, ao analisar um determinado modo de produção, Balibar aponta a necessidade de *correspondência* entre a estrutura econômica e a jurídico-política. Sem essa correspondência, a reprodução do modo de produção não pode ocorrer. Balibar defende que a transição não é ocasionada pela contradição entre forças produtivas e relações de produção, que nega o papel da revolução política na transição. A contradição, para Balibar, é *derivada e não originária*, ou seja, não está presente na estrutura, mas nos efeitos da estrutura. A reprodução ampliada, isto é, a *dinâmica* do modo de produção é que gera elementos contraditórios que poderão gerar os elementos do futuro modo de produção.

Neste sentido, a transição só ocorre quando existir uma relação de *não-correspondência* entre a estrutura econômica e a jurídico-política. A antecipação do político se dá porque o desenvolvimento das forças produtivas abre as possibilidades para isso e, assim, o Estado pode mudar a natureza de sua política. Porém, a economia permane-

ce vinculada às relações de produção anteriores, ou seja, em defasagem em relação ao político. A transição só ocorre se se restabelecer a correspondência, ou seja, se a economia se ajustar às relações políticas do novo Estado.

A partir da interpretação balibariana das teses defendidas por Dobb e Sweezy, pode-se dizer que a contradição que ocasiona a transição do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista é *interna e derivada*, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção feudal gerou elementos contraditórios que criaram condições para o surgimento dos elementos que compõem o modo de produção capitalista. Assim, a Revolução Inglesa de 1640 foi necessária para que o Estado absolutista (feudal) se transformasse em Estado capitalista, para a viabilização da substituição do trabalho compulsório pelo trabalho livre, condição *sine qua non* para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas em detrimento das forças produtivas feudais, ou seja, para o desenvolvimento do mercado de compra e venda de força de trabalho e, portanto, para o desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista. Para finalizar essa análise, pode-se dizer que as classes sociais que dirigiram o processo revolucionário tiveram como causa de sua formação o processo de desenvolvimento (feudal) do comércio, das cidades e da manufatura, o que caracterizou os últimos séculos do feudalismo. Ressaltamos, assim, que o desenvolvimento das forças produtivas criou condições derivadas para a possibilidade dessa transição.

LAZAGNA, Angela. Resenha de: MARIUTTI; Eduardo Barros. Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004, 243p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.20, 2005, p.182-185.

Palavras-chave: Feudalismo; Capitalismo; Anos 50.